

**FACULDADE LEÃO SAMPAIO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

FRANCISCA DAS CHAGAS SIQUEIRA DO NASCIMENTO

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO DE
ALIMENTOS DE JUAZEIRO DO NORTE – CE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR**

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2012

FRANCISCA DAS CHAGAS SIQUEIRA DO NASCIMENTO

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO DE
ALIMENTOS DE JUAZEIRO DO NORTE – CE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR**

Monografia apresentada a Faculdade Leão Sampaio
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da
Professora Esp. Cecília Bezerra Leite.

JUAZEIRO DO NORTE/CE

2012

FRANCISCA DAS CHAGAS SIQUEIRA DO NASCIMENTO

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO DE
ALIMENTOS DE JUAZEIRO DO NORTE – CE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR**

Monografia apresentada a Faculdade Leão Sampaio como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Esp. Cecília Bezerra Leite.

Aprovada _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA:

Professor Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientadora

Profº. Ms Patrícya Karla Ferreira e Silva
1ª Examinador

Profº. Ms. José Ivanildo Lopes da Silva
2ª Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que é à base de tudo na minha vida.

Ao meu santo Expedito, a quem tenho grande devoção e que me socorre nos momentos de aflição.

Ao meu esposo, amigo, confidente, a quem tanto amo, Marcos Alves, que foi de fundamental importância, pois sem ele eu não teria conseguido mais essa conquista, pois nas horas difíceis, não me deixou desistir, sofreu comigo quando via minha aflição. Obrigada meus Deus por ter colocado o Marcos em minha vida.

A minha amiga Gorete Mendes Marcelino, que sem ela esse sonho jamais se tornaria realidade, obrigado minha amiga por sua força, incentivo, determinação e carinho.

Aos meus pais, Geraldo e (Ana In memória) que foram exemplos de dignidade na minha vida.

Aos meus irmãos queridos, Graça, Tereza, Padre Beto, Marcilio, Inocência, Mercedes, Meire, Ant^o José, (Elizabete In memória).

Aos meus professores que muito fizeram para que esse momento viesse acontecer.

Aos colegas que no decorrer dessa trajetória estiveram comigo de modo especial, Cynthia Sousa, Arlinda Regis e Francisca Cintia.

A minha iluminada e capacitada Cecília Bezerra, que foi minha orientadora, minha bússola e que acreditou em mim e no meu potencial.

Ao meu supervisor de campo Marcos Bueno, que apesar da dificuldade do campo de estágio soube me orientar com paciência, e a todos que fazem parte da equipe do Banco de Alimentos.

De forma especial, a minha banca examinadora, Prof^a Cecília, Patrícia Karla e Ms. José Ivanildo Lopes Silva, que aceitaram o meu convite com muito carinho e compromisso.

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência. Karl Marx.

RESUMO

O presente trabalho intitulado Limites e Possibilidades da Operacionalização do Banco de Alimentos de Juazeiro do Norte – CE faz uma análise a partir da percepção da equipe interdisciplinar. Tem como objetivo analisar os limites e as possibilidades da operacionalização do banco de alimentos do referido município. O mencionado trabalho enfatiza sobre as Políticas Sociais no Brasil, a Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional. Faz uma breve análise do Programa Banco De Alimentos (PBA) a nível Brasil, no município de Juazeiro do Norte-CE e a particularidade da equipe interdisciplinar, e por fim, realiza-se uma análise do resultado da pesquisa. A metodologia configura-se em uma pesquisa bibliográfica e de campo, de caráter qualitativo e exploratório. Assim o instrumento utilizado pautou-se em um questionário estruturado com perguntas subjetivas, onde os sujeitos entrevistados visam a valorização da vivência e suas representações acerca dos problemas levantados. O período da realização da pesquisa ocorreu no mês de novembro de 2012, cuja população corresponde à equipe interdisciplinar do Banco de Alimentos, sendo que a amostra foi composta por três profissionais que fazem parte da referida equipe. Constatou-se que para os Bancos de Alimentos funcionarem, é preciso ter um número significativo de supermercados doadores de alimentos, o que implica um dos maiores limites na sua operacionalização, já que os comerciantes doadores, não têm um benefício assegurado em lei, sendo assim, uma das possibilidades da operacionalização dos Bancos é o maior número de parceria com os comerciantes.

Palavra Chave: Banco de Alimentos. Equipe Interdisciplinar. Instituições Doadoras.

ABSTRACT

This study entitled Limits and Possibilities in the operationalization of the Food Bank of Juazeiro - CE: An Analysis From The Perception of Interdisciplinary Team. Aims to analyze the possibilities and limits of operation of the food bank of said municipality. That work is divided into three parts: the first focuses An Outline Succinct About Social Policies in Brazil: Social Assistance and Food and Nutrition Security, then emphasize A Brief Analysis of the Food Bank Program (PBA) The Level Brazil, Juazeiro North-EC and particularity the Interdisciplinary Team, and finally, we performed an analysis of the search Results, as well as the methodological process, where the methodology set up a literature search, field qualitative, also includes an exploratory style, so the instrument used was based on a structured questionnaire subjective, where the interviewees seek to enhance their experience and their representations about the issues raised by us. The period of the survey took place in November 2012, which corresponds to the population of the interdisciplinary team Food Bank, and our sample was composed of trains professionals who are part of that team. Thus, we conclude that to the Food Banks work, you must have a significant number of donors supermarket food, which means one of the biggest limits on its operation, as traders who donate have neither a benefit provided in law, so one possibility of operationalization of the banks is the highest number of partnerships with merchants.

Key-word: Food Bank Program. Interdisciplinary Team. Donor institutions.

LISTA DE SIGLAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada.

CAP`S- Caixas de Aposentadoria e Pensões.

CF- Constituição Federal.

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social.

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS- Centros de Referência Especializados da Assistência Social.

FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

IAP`S- Institutos de Aposentadorias e Pensões.

INPS- Instituto Nacional da Previdência Social.

LBA- Legião Brasileira de Assistência.

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social.

LOSAN- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

MESA-Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar.

DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos

CNS- Conferência Nacional de Saúde.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PBA- Programa Banco de Alimentos.

PNAN- Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

PNAS- Política Nacional de Assistência Social.

PFZ- Programa Fome Zero

PIDESC- Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional.

SEASTC- Secretaria de Assistência Social Trabalho e Cidadania.

SESI- Serviço Social da Indústria.

SISAN- Sistema Nacional e Nutricional.

SUAS- Sistema Único de Assistência Social.

UNESCO- União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância.

TABELA

| | |
|--|----|
| TABELA 01- A Caracterização da Identificação dos Profissionais no Âmbito do Banco de Alimnetos na Cidade de Juazeiro do Norte-Ce..... | 35 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO I: UM ESBOÇO SUCINTO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | 13 |
| 1.1 Uma Breve Análise Sobre a Trajetória da Política de Assistência Social no Brasil. | 14 |
| 1.2 Contextualizando a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na Realidade Mundial. | 21 |
| 1.3 Breve Análise Sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil... .. | 23 |
| CAPÍTULO II: UMA BREVE ANÁLISE DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS (PBA) A NÍVEL BRASIL, NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE E A PARTICULARIDADE DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR. | 27 |
| 2.1 O Programa Banco de Alimentos (PBA) a Nível Brasil | 27 |
| 2.2 O Banco de Alimentos na Cidade de Juazeiro do Norte-CE..... | 30 |
| 2.3 A Particularidade da Equipe Interdisciplinar: No Banco de Alimentos da cidade de Juazeiro do Norte-CE.. .. | 31 |
| CAPÍTULO III- ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA | 33 |
| 3.1 O Processo Metodológico | 33 |
| 3.2 O resultado da pesquisa da Pesquisa | 34 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 41 |
| APÊNDICE | 43 |

INTRODUÇÃO

O Programa Banco de Alimentos visa arrecadar alimentos de comerciantes, com finalidade de distribuir alimentos às entidades, socioassistenciais, as quais se encarregam de viabilizar alimentos a população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Deste modo, a equipe interdisciplinar do Banco de Alimentos visa viabilizar o direito a alimentação adequada à população que se encontra em situação de insegurança alimentar, através de visitas a supermercados, hipermercados, padarias, indústria de alimentação e entre outras que forneçam alimentos fora dos padrões de comercialização, mas que estejam apropriados para o consumo humano.

Diante desse cenário, surgiu a necessidade de analisar os limites e as possibilidades da operacionalização do banco de alimentos no município de Juazeiro do Norte – CE, verificando se existe algum benefício para as empresas que são doadoras do Banco de Alimentos, bem como, identificar os desafios postos a instituição na concretização da segurança alimentar e conhecer as possibilidades para a operacionalização do Banco de Alimentos na referida cidade.

A escolha pelo objeto de estudo é fruto do estágio supervisionado I e II no Banco de Alimentos na cidade de Juazeiro do Norte-CE, emergiu do questionamento sobre o funcionamento do banco, tendo em vista que o sucesso dos bancos de alimentos é justamente as parcerias que o mesmo consegue firmar com as diferentes empresas, que de alguma forma distribui alimentos ou equipamentos para os bancos, não como um dever e sim de forma solidária, até porque os bancos tem a característica solidária em viabilizar alimentação adequada à população em situação de vulnerabilidade alimentar.

Portanto, tal motivação surgiu pela ansiedade a respeito desta temática, se as instituições que doam alimentos ou equipamentos para os bancos não é visto como um dever e sim de forma assistencialista, assim, como os bancos conseguem viabilizar o direito a alimentação as famílias que se encontra em risco alimentar?

Desta forma, a pesquisa se torna bastante relevante por dois motivos, sendo o primeiro, em demonstrar a realidade concreta dessa questão por nós levantados, a segunda, em produzir tanto uma reflexão acadêmica, como produção teórica por ser

escasso referencial teórico sobre o Programa Banco de Alimentos, onde futuramente, vai servir para os profissionais que fazem parte da equipe dos bancos e os demais que se interessa por essa área.

Assim, o presente trabalho foi dividido em três capítulos, onde o primeiro está titulado pelo Um Esboço Sucinto Sobre as Políticas Sociais no Brasil: Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que neste item, a discussão pauta-se na evolução da Política da Assistência Social, como também, na construção da Política Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na realidade Mundial e no Brasil, vista hoje na contemporaneidade como um direito, garantido pelo Estado.

Posteriormente, no segundo capítulo faz-se uma análise do Programa Banco de Alimentos (PBA) a nível Brasil, no Município de Juazeiro do Norte-CE e a particularidade da equipe interdisciplinar, onde apresentou-se a Constituição Federal e a expansão do Programa Banco de Alimentos a nível nacional, bem como, explicitou-se de forma breve, a característica da equipe interdisciplinar.

No terceiro capítulo realizou-se a análise de dados cujo processo metodológico fundamenta-se através da pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, abrangendo um estilo exploratório. O instrumento utilizado pautou-se em um questionário estruturado com perguntas subjetivas onde visou à valorização da vivência e suas representações acerca dos problemas levantados através dos sujeitos que responderam o questionário e por fim, as considerações finais, referências e apêndices.

CAPÍTULO I: UM ESBOÇO SUCINTO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1.1 Uma Breve Análise sobre a Trajetória da Política de Assistência Social no Brasil

De uma forma geral, a Política Social na realidade brasileira não nasce no mesmo período histórico dos países centrais capitalistas, mas sim, nascem vinculadas as reivindicações da classe trabalhadora em consequência das péssimas condições de existência desta classe, que vendia sua força de trabalho para os donos dos meios de produção em troca de um salário que não supria as necessidades básicas, como alimentação, vestuário, habitação e educação.

A Política Social só se “coloca como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho” (BEHRING E BOSCHETTI 2006, p. 78). Assim, fica claro afirmar que os direitos sociais no Brasil foram conquistas dos movimentos da classe trabalhadora.

Segundo as mesmas autoras, podem-se apontar algumas leis de proteção social no final do século XIX e no início do século XX as quais são:

Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os Ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que irá se estender aos funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para a assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil. (...). Em 1892, os funcionários da Marinha adquirem o direito à pensão. No século XX tem-se a formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907, quando é reconhecido o direito de organização sindical. (...) Em 1911 se reduz a jornada de trabalho para 12 horas diárias e em 1919 regulamenta-se a questão dos acidentes de trabalho no Brasil. (2006, p. 79 e 80).

Neste período de construção das primeiras conquistas de leis voltadas para a classe trabalhadora, observa-se que surgia também uma correlação de forças entre

os dominantes e os dominados, onde de um lado, a classe trabalhadora lutava-se pelo reconhecimento de direitos sociais, e o outro, pela concretização desses direitos conquistados, o que já é cultura no Brasil até os dias atuais.

No entanto, é no século XX que nasce de fato o Sistema Previdenciário brasileiro, com a criação da Lei Eloy Chaves, Lei nº 4. 682 publicada em 24 de janeiro de 1923, com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs). Assim, vejamos a colocação de DE LUCA;

Em 1923, foi instituída a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos ferroviários, que assegurava, apenas para essa categoria profissional, aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez; pensão para os dependentes em caso de falecimento, custeio de despesas funerárias e assistência médica. (2008: p. 475)

Pode-se ressaltar que a criação desta lei objetivou tanto conter as greves dos operários, quanto garantir aos mesmos o seu sustento e de sua família nos momentos de desemprego ou quando não pudessem participar do processo produtivo.

Segundo o mesmo autor (2008) relata que as CAPs eram organizadas por empresas onde não eram caracterizados como um direito social. Assim, era descontado dos orçamentos dos beneficiários 3% do salário mensal, e anual 1% da empresa sobre seu faturamento, ou seja, esse privilégio era restrito para algumas categorias de trabalhadores, pois só quem tinha o direito de usufruir dos benefícios, eram os trabalhadores de empresas que adotaram as CAPs, deste modo, as CAPs se multiplicaram e até em meados da década de 1930 já existiam 47 CAPs.

Em seguida, as CAPs forma sendo substituídas na década de 1930 pelos os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), “cobrindo riscos ligados à perda da capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença), naquelas categorias de trabalhadores estratégicas, mas com planos pouco uniformizados e orientados com a lógica contributiva do seguro” (BEHRING E BOSCHETTI 2006, p. 106). Logo, os IAPs eram caracterizados pela contribuição entre Estado, empresários e trabalhadores onde não eram uniformes. Deste modo, Bravo (2008) Apud Behring e Boschetti, ressalta que “possuíam uma orientação contencionista, diga-se, estava menos preocupado com a prestação de serviços e mais com a cumulação de reservas financeiras”. (2006, p. 107).

DE LUCA destaca um aspecto importante, onde vale apenas ser destacado.

Os direitos foram assegurados em função da categoria profissional a que pertencia o indivíduo, ou seja, somente aqueles que ingressavam no universo das profissões reconhecidas ingressavam no sistema. Estavam excluídos, trabalhadores rurais, domésticos, autônomos, desempregados, além de todos aqueles que exerciam profissões não regulamentadas. (2008, p. 481).

Ou seja, essa população excluída desse modelo de proteção social ficava dependendo de caridade, ou de instituições filantrópicas.

Vale salientar que a partir dos anos 1930 com Getúlio Vargas no poder, é introduzido a Política Social no Brasil, onde o mesmo cria as leis trabalhistas¹, reconhecem os sindicatos, que ao invés de representar os interesses dos trabalhadores ficaram sendo sindicato do Estado. Assim, o objetivo de Vargas reconhecendo os interesses da classe trabalhadora através da proteção social, tinha intuito de conter e controlar os movimentos da classe trabalhadora, beneficiando assim, as duas classes opostas, capitalistas e proletariados.

No que concerne especificamente o marco da política de Assistência Social no Brasil, o foco do nosso interesse de estudo, (CARVALHO, 2008, p. 16) destaca que “A assistência social, até esse momento, não possuía qualquer visibilidade, inexistindo no campo de atuação governamental”. Já na visão de Draibe e Aureliano (1989) Apud Behring e Boschetti; “Consideram que é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações.” (2006, p. 107).

De outro modo, alguns autores colocam que o marco inicial da assistência social no Brasil está ligado a gênese de duas grandes instituições que marcou o período histórico entre 1938 a 1945. Entre as instituições assistenciais criadas nessa conjuntura, as próprias tinham caráter meramente assistencialista. Entre elas podemos citar: o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS²) criado em 1938

¹No que concerne às leis trabalhistas que Getúlio Vargas criou podemos citar: “O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio criado em novembro de 1930 (...) duração da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e de menores, férias para os comerciários e industriais, convenções coletivas de trabalho, salário mínimo, porcentagem de estrangeiros empregados nas empresas, criação da carteira de trabalho e a nova lei de sindicalização. (...) em 1943 foi aprovado a Consolidação das Leis Trabalho (CLT) e etc.”. (DE LUCA, 2008, p. 478).

²O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade

vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, que tinha como objetivo, “centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas sendo utilizado como mecanismo de clientelismo político e de manipulação de verbas e subvenções públicas”. (PEREIRA 2007, p. 34).

Já na visão de Behring e Boschetti a assistência social se inicia no âmbito federal, através da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942. Vejamos as colocações das autoras.

Essa instituição foi criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidas na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social. Posteriormente a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, como uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois, com a Constituição de 1988. (2006, p. 107 e 108).

Posteriormente, segundo Pereira (2007) foi criado a Fundação Leão XIII em 1946, que teve como objetivo atuar junto aos moradores de favelas nos grandes centros urbanos. Em 1946 foi fundado o Serviço Social da Indústria (SESI) visando atuar especificamente com os trabalhadores da indústria, pois, eram os mesmos que contribuíam para o desenvolvimento do país.

Portanto, as instituições que foram criadas pelo Estado até a Constituição Federal de 1988, tinha caráter assistencialista e não era compreendido como direito para todos que dela necessitassem, além do caráter paternalista e do favor, as práticas das instituições desenvolvidas eram voltadas para algumas profissões, as quais fossem reconhecidas, caso contrário, os excluídos ficavam a mercê de instituições filantrópicas. Carvalho aponta que;

Com o passar dos anos e as sucessivas mudanças políticas do país, a situação da assistência social permanecerá a mesma: práticas clientelistas, assistemáticas, de caráter focalizado e com traços conservadores, sendo operado por sujeitos institucionais

nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (MESTRINER, 2001, p.57-58)

desarticulados, com programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito. (2008, p. 17).

Deste modo, pode-se afirmar que só com a Constituição Federal de 1988 é que a Assistência Social é reconhecida como um direito assegurado pelo Estado para quem dela necessitar, poderá dela usufruir independente de contribuição. A assistência Social é agregada as demais políticas sociais que fazem parte do tripé da Seguridade Social, Previdência Social e Saúde.

Logo, vale mencionar que depois da constituinte até em meados da década de 1990, foram marcados por muitos debates e lutas para que fossem regulamentados e materializados os direitos conquistados democraticamente na década anterior, foi o que Sposati Apud Carvalho (2008) denomina de “contrações pré-parto para consolidar a democracia social”.

No que tange especificamente a Assistência Social, a mesma foi a última política da Seguridade Social que começou a ser vista no plano político, ou seja, se estruturar. Assim, em 7 de dezembro de 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), esta Lei de Nº 8.742 dispõe sobre a organização da Assistência Social.

De acordo com Carvalho (2008) a lei é estruturada com princípios e diretrizes, estabelece a organização de gestão das ações, dispõe das competências das três esferas de governo, destaca o caráter e composição das instâncias deliberativas, ressalta a competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) bem como as competências do órgão nacional do gestor da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por conseguinte descrevem sobre o conceito de benefícios, serviços, programas e projetos e ao financiamento da política.

Entretanto, a lei estabelecerá a descentralização política-administrativa, entre a União, Estados e os Municípios e a participação da sociedade civil através dos conselhos da Assistência Social conforme preconiza a constituinte.

Depois deste avanço com a LOAS, temos uma conquista na área da Assistência Social que foi a criação da Política Nacional de Assistência Social a (PNAS) em 2004, no ano seguinte, temos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que veio para materializar o que preconiza a (LOAS).

Assim, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – (MDS) podemos destacar que;

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. (2004, p. 07).

A PNAS tem como objetivo efetivar a assistência social como direito do cidadão para quem dela necessitar e concretizar o que é dever do Estado, estabelecido tanto na constituinte, como nas leis que regulamenta a assistência social na realidade brasileira.

Em relação ao o SUAS, Simões destaca que “é um sistema descentralizado, participativo e não contributivo, que organiza e regula as responsabilidades de cada esfera de governo e da sociedade civil, em relação à política nacional de assistência social”. (2009, p.308).

Deste modo, vê-se a colocação de Vanzetto com relação O SUAS enquanto materialização da LOAS;

O SUAS, regula as ações de Assistência Social, define e organiza elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, consolidando seus princípios, diretrizes e objetivos, sendo um sistema articulado e integrado de ações com direção para a Proteção Social, onde serão ofertados serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por níveis de complexidade, respeitando o porte dos municípios. (2005, p. 02).

No que se refere à proteção social básica, pode-se ressaltar que serão executados pelos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS³), que visa atender famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade social, tendo como

³O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade pública instalada nos municípios em local de maior vulnerabilidade social, com abrangência de 5000 famílias referenciadas e 1000 atendidas/ano. Deverá atuar com famílias em seu contexto comunitário, visando à orientação e incentivo ao convívio sócio-familiar e comunitário, sendo responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral à Família. O CRAS contará com uma equipe técnica própria para o desenvolvimento das ações, com no mínimo 30 horas: 01 Assistente Social, 01 Psicólogo ou Pedagogo, 01 Auxiliar e 01 Administrativo. (VANZETTO, 2005, P. 03).

requisito, prevenir risco social, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, destinando a oferta de serviços, programas, projetos e viabilizar quando necessário os benefícios eventuais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) destinado para idosos e deficientes que atenderem o perfil para tal benefício.

Já a Proteção Social Especial é dividida em dois, Proteção Especial de Média Complexidade e Proteção Especial de Alta complexidade, sendo que esse tipo de atendimento é viabilizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Logo, esse tipo de atendimento se diferencia do CRAS, pelo fato que o atendimento é destinado para situações que os direitos já foram violados.

Entretanto, A Proteção Especial de Média complexidade se caracteriza em prestar atendimento, orientação, acompanhamento às famílias, cujos seus direitos tenham sido violados, mas, que seus vínculos familiares não tenham sido interrompidos.

Já a Proteção Especial de Alta Complexidade Vanzetto destaca que;

Na Alta Complexidade são realizados atendimentos que garantem proteção integral, como: moradia, alimentação, etc, para pessoas/famílias que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar. Ex: Casa-Lar, República, Albergue, Atendimento Integral Institucional, Família substituta, medidas sócio- educativo restritivo de liberdade e etc. (2007, p. 04).

Esse tipo de atendimento é destinado a indivíduo que, tanto os direitos foram violados, quanto, os vínculos familiares foram interrompidos.

Deste modo, fica sendo importante ressaltar que a Assistência Social ainda está em processo de construção e que ainda tem muito que amadurecer, pois diferente da política de Saúde e da Previdência Social que foram construídas ao longo de décadas, podemos afirmar que a Assistência Social é um bebê em relação às demais políticas da seguridade social.

No entanto, deve ser ressaltado que a política de Assistência Social avançou de forma significativa na sociedade brasileira, depois da Constituição Federal de 1988, mas, ainda tem muito que fazer, para que todos que dela necessitar, realmente possa usufruir dos programas, projetos, dos benefícios, dos serviços e ações prestados por ela com qualidade, já que é direito dos próprios e dever do Estado em viabilizar através dos CRAS e dos CREAS.

1.2 Contextualizando a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na Realidade Mundial.

Antes de abordar sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, torna-se importante apresentar de forma precisa a nível mundial, para que possamos compreendê-la melhor no contexto brasileiro.

Sabe-se que a alimentação é uma das principais necessidades básicas que o ser humano precisa para sobreviver, partindo deste pressuposto, podemos ressaltar que a atenção com relação à Segurança Alimentar surgiu no século XX mais precisamente após a I guerra mundial, nesse contexto, os países perceberam que a alimentação era um fator importante, a nível internacional, ou seja, nessa conjuntura o acúmulo de alimentos era uma forma estratégica, que os países encontraram para que, em momentos de guerras e crises, ficassem menos vulneráveis e dependentes.

No entanto, foi depois da II guerra Mundial, que marca definitivamente a questão da Segurança Alimentar, através da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) onde “a Segurança Alimentar foi enriquecida com a noção de Direito Humano à Alimentação (DUDH, art. 25). Deste então, temos essa referência explícita de que a alimentação é um direito humano inalienável de todo ser humano”. (CONTI, 2009, P. 18). Logo, somente em 1966 se tornou explícito o direito de toda pessoa ter acesso à alimentação, ou seja, a estarem livre da fome e desnutrição, onde ambos estão sempre interligados.

Vale salientar que a criação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem relação com o índice de pobreza que acarreta a fome e destruição à população que sempre esteve vulnerável ao longo da história. Segundo Maluf et. al. afirma que; “A pobreza ocupa o lugar de determinante principal da insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenômenos da fome e da desnutrição”. (2009, p 07).

No entanto, por mais que a fome e desnutrição sejam os principais fatores determinantes para a insegurança alimentar, não podemos afirmar que o seu tratamento consiste apenas em transferência de renda ou de cestas básicas a população que se encontre em situação de vulnerabilidade social, outro aspecto deve ser considerado, como a qualidade dos alimentos em prol de garantir a segurança nutricional.

Ou seja, as políticas e programas de SAN têm que garantir acesso ao ser humano que dela necessitar com qualidade e que esse acesso seja de forma contínua e não de forma paliativa, tendo como objetivo dessas famílias conseguirem sair dessa condição de dependência desses programas para serem autores de suas próprias histórias, garantindo assim, seu próprio sustento através de trabalho e renda que proporcione uma qualidade de vida.

Podemos ressaltar que depois do surgimento da DUDH que afirma que a alimentação é um direito de todo ser humano, surgiram outros acontecimentos com relação a Segurança Alimentar, através da Organização das Nações Unidas (ONU) que criou diversas agências como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que tinha como objetivo, enfrentar questões como a alimentação, entre outros, logo em seguida em 1966 foi aprovado o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que tornou explícito toda pessoa ter acesso à alimentação adequada a nível internacional. (CONTI 2009, P. 18).

Deste modo, fica sendo importante ressaltar a I conferência mundial sobre a Segurança Alimentar, para que possamos compreender a sua evolução no contexto brasileiro. No que consiste a I Conferencia Mundial de Segurança Alimentar promovida pela (FAO) em 1970, teve como objetivo central estimular a produção agrícola para aumentar o estoque de alimentos, tendo em vista o aumento populacional e a crise de alimentos que estava acontecendo nesse contexto, o que resultou a diminuição do direito a alimentação, ou seja, percebemos que houve um retrocesso sobre a concepção desenvolvida na conjuntura da I Guerra Mundial.

Assim, somente na década de 1990 surgiram outras discussões a respeito do SAN que resultou em um debate amplo, em nível internacional, entre as organizações da sociedade civil e da FAO, onde Conti ressaltar que; “A Segurança Alimentar incorporou elementos da nutrição e os princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada, que havia sido relativizado há duas décadas”. (2009, p. 19). Diante desses acontecimentos a FAO em 1996 define⁴ o SAN como;

⁴Esse conceito serviu de base para a II Conferência Nacional no contexto brasileiro realizado em 2004.

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo. (FAO, *apud* CONTI: 2011; p. 19).

Portanto, a Segurança Alimentar perpassou por vários contextos, definições para que fosse vista e reconhecida com um direito internacionalmente, como também, fosse concretizada através de política social direcionada a população que convive com a fome. Deste modo, podemos advertir que seu avanço aconteceu na década de 1990. Maluf et. al. ressalta que;

A Segurança Alimentar é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. (2009, p. 4).

Neste contexto, tanto a alimentação adequada como o respeito às práticas alimentares saudáveis estabelecidas nas mais diversas culturas é um direito de todo cidadão as quais merecem serem respeitadas.

1.3 Breve Análise Sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil.

No que diz respeito à historicidade sobre a preocupação da alimentação na realidade brasileira, o principal motivo não vai ser diferente dos países centrais, podemos destacar que é fruto das péssimas condições de sobrevivência da população, que ocasiona a miséria, ou seja, a pobreza neste contexto torna-se uma questão não só nacional e sim mundial.

No entanto, não podemos abordar a conquista da alimentação como um direito básico de todo ser humano no Brasil, sem antes destacar Jose de Castro⁵, o

⁵Na década de 1950, Castro deu início a sua carreira internacional: de 1952 a 1956 foi presidente do Conselho para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas- FAO. Em 1960 presidiu a Campanha de Defesa Contra a Fome promovida pelas Nações Unidas, advogado como primeiro direito do

principal autor que denunciou a pobreza que ocasiona a fome e desnutrição, através de suas obras, *Geografia da Fome* em 1946 e a *Geopolítica da Fome* em 1951, onde essas obras causou impacto no mundo, pois, foram produzidas em vários idiomas. Assim, vale salienta que;

As obras contribuíram para alertar a opinião pública internacional sobre o problema da fome: estigma do desenvolvimento, resíduo das estruturas socioeconômicas herdadas do colonialismo e consequência das políticas governamentais e de dinâmicas econômicas produtoras de desigualdades e injustiças sociais. (BRASÍL, 2002, P. 11).

Deste modo, outro fato importante deve ser mencionado para que houvesse a construção do conceito de Segurança Alimentar no Brasil, que foram os movimentos sociais que lutava contra a fome e a miséria no país, querendo uma resposta do poder público a enfrentar essa expressão da questão social, como um direito do ser humano e dever do Estado em garantir através de políticas públicas, em um contexto estreito da redemocratização do país.

Segundo Conti (2009), explana que o marco das primeiras discussões no Brasil a respeito da rede SAN, ocorreu na 8ª Conferência Nacional de Saúde, pela construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, por um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e por um Sistema de Segurança Alimentar em nível Nacional e Estadual, no entanto, os resultados concretos desses acontecimentos foram poucos, mas, “algumas áreas relacionadas aos alimentos, como Vigilância Alimentar e Nutrição e a Vigilância Sanitária de Alimentos, foram inseridos no âmbito das responsabilidades do Sistema Único de Saúde (SUS).” Ibidem (2009, p. 36).

Outro acontecimento importante nesta década foi a Constituição Federal de 1988, fruto de muitas lutas e movimentos sociais no país, a própria explicitou o direito a alimentação que segundo Cardoso “Dispõe no (Título II): Direitos e Garantias Fundamentais; no (capítulo I) como Direitos Individuais e Coletivos; (Capítulo II) de Direitos Sociais.” (2008, p. 7).

homem, o de não passar fome. De 1955 a 1963 exerceu, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o mandato de deputado federal por Pernambuco a qual renunciou para assumir, em Genebra (1963-1964), o posto de embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais das Nações Unidas. Em 1964 foi cassado pela ditadura militar brasileira e refugiou-se em Paris, onde morreu. (BRASÍLIA, 2002, P. 11).

No que concerne o cenário da década de 1990, foi marcado por várias conquistas na área da alimentação, com o surgimento de organizações direcionadas a políticas alimentares. Podemos destacar que nesta conjuntura, foi aprovado em 1993 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no ano seguinte aconteceu a 1ª Conferência Nacional do SAN em Brasília, onde as discussões foram a respeito da fome que assombrava o país, pois, “mais de 30 mil pessoas não tinham renda suficiente para se alimentar” (CONTI, 2009, p. 36). Assim, a saída para a superação da fome, era a redistribuição de renda no país. Logo, somente em 1999 a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é aprovada pelo o Ministério da Saúde.

Contudo, o avanço significativo a respeito do SAN, foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde o mesmo em 2003 cria o Programa Fome Zero, depois, o Ministério do Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) para solucionar os problemas da fome, sendo que em 2004 o MESA se transforma no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) onde Conte afirma que a missão do próprio era;

De promover o desenvolvimento social através da implementação de um conjunto de políticas, programa e ações que fazem parte das estratégias do Governo Federal para enfrentar o problema da fome e da exclusão social a partir da concepção de que estas questões precisam ser encaradas como prioridade de política nacional. As ações desenvolvidas pelo o Ministério abrangem áreas da Segurança Alimentar e Nutricional, políticas públicas de assistência social, renda e cidadania e ações de geração de oportunidades para a inclusão produtiva das pessoas em situação de pobreza. (2009, p. 42).

Podemos ressaltar que só no governo de Lula que se teve a ampliação de uma rede de proteção social destinado a grupos que estão em situação de vulnerabilidade social. Assim, vale salientar que Lula viabilizou uma atenção maior a respeito do SAN, ou seja, a ter a intenção de solucionar a fome na nossa realidade.

Deste modo, em 2004 acontece à realização da II Conferência Nacional do SAN na cidade de Olinda- PE, essa conferência foi uma expressão de conquistas no âmbito da alimentação, que teve como tema central, A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde garantiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável regulamentada pela Lei Orgânica e Orçamento próprio. Assim, em 2006 o atual presidente aprova a Lei Orgânica de

Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) lei de nº 11.346/2006. Segundo LOSAN no art. 1º, apud Conti destaca que;

Esta lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada (2009, p. 37).

Neste sentido, o art. 1º da LOSAN deixa bem claro que a própria define a composição do SISAN, onde através deste sistema o poder público juntamente com a participação da sociedade civil formulará ações, programas e projetos assegurados pelo o Estado como forma de viabilizar e garantir o direito ao ser humano que dele necessitar a Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional.

No que consiste a III Conferência Nacional do SAN que ocorreu na cidade de Fortaleza/CE em 2007, teve com tema central, o seguinte título, Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania Alimentar e Nutricional, assim, “associou ao SAN à necessidade de um desenvolvimento que seja sustentável e respeite a agrobiodiversidade.” (BRASIL, 2001, P. 06). Portanto, foram criados um “conjunto de políticas e programas⁶ que estão sendo implementados pelo o Governo Federal na perspectiva da efetivação do SAN”. (CONTE, 2009, p. 42).

De uma forma geral, o SAN foi uma conquista por parte de vários seguimentos da sociedade civil, que através de muitas lutas conseguiu colocar a questão da fome nos planos de governo, em forma de política de Estado para garantir a segurança alimentar como direito do cidadão que convivía com a miséria, a qual acarretava a fome e desnutrição em milhares de pessoas na realidade brasileira.

⁶No que consiste os programas criados através da rede SAN, o estudo não visa explicar todos os programas e projetos ligados ao SAN, mas sim, contemplar a historicidade até os dias atuais do Programa Banco de Alimento (PBA) o qual é do nosso interesse de estudo. No entanto, para conhecer todos os programas vinculados ao SAN, sugerimos a leitura livro, CONTI, Irio Luiz. Segurança Alimentar e Nutricional: Noções Básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

CAPÍTULO II: UMA BREVE ANÁLISE DO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS (PBA) A NÍVEL BRASIL, NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE E A PARTICULARIDADE DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR.

2.1 O Programa Banco de Alimentos (PBA) a Nível Brasil

A criação do Programa Banco de Alimentos (PBA) surgiu nos Estados Unidos em 1960 através de John Van Hengel, o qual teve a iniciativa de arrecadar alimentos nos supermercados para destinar a população que se encontrava em situação de insegurança alimentar, esta ideia surgiu a partir de um depoimento de uma mãe que não tinha condições de alimentar seus filhos, onde a mesma ficava nas madrugadas em um supermercado vizinho a sua residência esperando o caminhão descarregar, ali caíam alimentos que não eram recuperados por ninguém. Segundo (BRASIL, 2007). Deste modo, nasce em 1967 “o St. Mary’s Food Bank, que existe ainda hoje, como uma organização sem fins lucrativos distribuindo por ano mais de 11 milhões de quilos de alimentos. Com o apoio governamental a ideia se espalhou pelos os EUA” (Ibidem, p. 9 e 10). Logo, a ideia de implantação dos Bancos de Alimentos se espalhou pelo o mundo, ou seja, para os demais países, inclusive no Brasil.

Na realidade brasileira a primeira iniciativa surgiu em 1990, a partir de “ações voltadas para a redução da fome e da desnutrição, através do combate ao desperdício de alimentos, dando origem ao programa MESA BRASIL do SESC”. (CARDOSO, 2008, P, 4). Em 2003, quando existia o MESA, o mesmo destinou recursos para ações de combate à fome, através da educação alimentar com objetivo de melhorar as condições de indivíduos em situação de vulnerabilidade alimentar. Por conseguinte, no mesmo ano, presenciamos a criação do Programa Fome Zero (PFZ), onde os bancos de alimentos são inseridos, sendo assim, o PFZ teve como objetivo criar ações destinadas a combater a fome no país.

No entanto, somente em 2004 no II Encontro Nacional de Bancos de Alimentos e Colheita Urbana, que este programa teve visibilidade, pois, neste II encontro discutiu-se a necessidade de um sistema universal no país para a

operacionalização dos Bancos de Alimentos, onde tivessem padrões de qualidades de alimentos para o consumo humano e um código de ética específico.

Atualmente os bancos de alimentos estão sendo desenvolvida pelo atual MDS, sendo implantados nos municípios que se encontram dentro dos padrões estabelecidos para a implantação do PBA. Deste modo, os bancos de alimentos se caracterizam como;

Uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar que tem como objetivo arrecadar alimentos, por meio de articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário (produtos inadequados para a comercialização, mas próprios para consumo humano). (BRASIL C: 2007 p. 11).

Depois de arrecadar os alimentos, a equipe do banco tem como função primordial, principalmente o Assistente Social que compõe a equipe dos bancos, a fazer uma triagem das instituições cadastradas, com o propósito de conhecer as reais necessidades das entidades que atende um determinado público, sua demanda, ou seja, as reais necessidades de cada uma, para distribuir os alimentos necessários para todas as entidades sócio-assistencial cadastradas nos bancos, para que as próprias redistribuam os alimentos para os indivíduos, famílias, que se encontra em situação de insegurança alimentar, sendo através de refeições prontas ou de distribuições diretas.

As entidades que são beneficiadas no PBA são entidades privadas ou sem fins lucrativos, onde devem ser registradas no Conselho Municipal de Assistência Social ou em outros conselhos que atendam gratuitamente pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, como também, devem aceitar as exigências que o banco de alimentos estabelece para que as próprias sejam mantidas, como: respeitar o caráter gratuito das ações desenvolvidas pelo banco, deixar que os bancos realizem avaliações constantes com o objetivo de verificar se tal entidade está em condições de higiene, se o preparo com os alimentos está sendo eficaz para o consumo humano e se as orientações repassadas da equipe do banco estão sendo efetivadas. Outro fato importante que devemos ressaltar é;

Os Bancos de Alimentos são implantados em municípios de maior porte (população acima de 100.000 habitantes), onde os índices de desperdício são mais elevados, justamente em razão de haver maior concentração de redes de auto-serviço, restaurantes industriais e indústrias de alimentos (...), por outro lado, maior concentração de entidades assistenciais que atendam parcela da população urbana em situação de vulnerabilidade alimentar. (Ibidem, p. 13).

Analisando a citação, podemos destacar que a necessidade de implantação de bancos de alimentos em municípios com maior porte⁷, significa confirmar que quanto mais se desenvolve a concentração de riqueza nas mãos de poucos, maior é o índice de pessoas em situação de pobreza, que em muitos casos, não tem o direito de se alimentar de forma contínua, ter uma alimentação saudável.

De uma forma geral, as implantações dos bancos de alimentos deve se dar através de iniciativa do governo municipal, mas que, representante da sociedade civil pode estar participando das ações desenvolvidas pelos bancos de alimentos, sejam doando alimentos, equipamentos ou prestando serviços voluntários. Segundo (BRASIL, 2007, P. 14). Deste modo, vejamos a colocação a seguir:

A mais comum é a doação em produtos alimentícios coletados junto a rede de auto-serviços, como hipermercados e supermercados, centrais atacadistas e varejistas, indústrias de alimentação, produtores rurais, restaurantes industriais, produtos alimentícios recolhidos pela Vigilância Sanitária sem prejuízo de sua qualidade sanitárias (problemas fiscais) e por meio de campanhas realizadas e doações de particulares. Outro tipo de doação, não muito comum, pode acontecer na forma de recursos financeiros e/ou equipamentos. (Ibidem, p. 15).

No entanto, vale ressaltar que o sucesso dos bancos de alimentos é justamente as parcerias que o mesmo consegue firmar com as diferentes empresas, que de alguma forma distribui alimentos ou equipamentos para os bancos. Assim, o banco de alimentos se caracteriza como;

Uma forma solidária, organizada e responsável de, por um lado, aproveitar os desperdícios, em boas condições para consumo, oriundos de toda a cadeia produtiva e, por outro, auxiliar na complementação de refeições da parcela da população em situação de vulnerabilidade alimentar. (Ibidem, p. 12).

⁷Com relação a implantação de Bancos de Alimentos serem implantados em municípios de maior porte, isso não significa dizer que municípios menores não possam implantar Bancos de Alimentos. Tal iniciativa irá depender do volume de desperdício nesses municípios. (BRASIL, 2007, p. 13).

Contudo, para que o banco de alimentos possa desenvolver suas ações, é preciso que a equipe seja capacitada para firmar convênios com empresas, supermercados e entre outros, cadastrar entidades que realmente estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social e que realmente atendam um público que esteja em situação de vulnerabilidade alimentar.

2.2 O Banco de Alimentos na Cidade de Juazeiro do Norte-CE

No que concerne o Banco de Alimentos Vereador Francisco Vasques Landim da cidade de Juazeiro do Norte- CE, foi inaugurado em 14 de julho de 2007, é localizado na Avenida Virgílio Távora s/n. O banco de alimentos da referida cidade é gerido pelo setor Público Municipal, sendo uma entidade sem fins lucrativos que tem convênio com o MDS e com o próprio município, onde está sendo coordenado pela Secretaria de Assistência Social Trabalho e Cidadania (SEASTC), mas, o Banco de Alimentos Vereador Francisco Vasques Landim funciona em local separado da SEASTC.

Deste modo, o Banco de Alimentos, funciona de segunda-feira a sexta-feira, desenvolvendo suas ações, ou seja, visitando diversos comerciantes em prol de firmar parcerias com elas, tendo como objetivo arrecadar alimentos para posteriormente serem doadas para as instituições cadastradas no Banco de Alimentos da cidade de Juazeiro do Norte-CE, para que estas instituições possam viabilizar alimentos à população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Banco de Alimentos deste município tem o intuito de combater o desperdício de alimentos através de uma educação alimentar, arrecadar alimentos tanto em quantidade como em qualidade, para entidades que atendam um público alvo de extrema vulnerabilidade social.

2.3 A Particularidade da Equipe Interdisciplinar: No Banco de Alimentos da cidade de Juazeiro do Norte-CE.

Antes de abordar sobre o tema em questão, tem-se que ressaltar para o leitor que iremos perpassar de forma breve a discussão da equipe interdisciplinar⁸, com o intuito dos leitores conhecerem o objetivo dessa nova atuação na atualidade a qual corresponde um novo tipo de trabalho, de intervenção profissional.

Deste modo, a equipe de trabalho do Banco de Alimentos é caracterizada como interdisciplinar assim, Ely (2003) definiu a interdisciplinaridade como “relações profissionais e de poder tendem à horizontalidade, as estratégias de ação são comuns e estabelece-se uma troca recíproca de conhecimento entre as diferentes disciplinas” (2003, p. 114). Ou seja, o trabalho interdisciplinar corresponde uma interação entre os vários saberes profissionais, com o mesmo propósito, de intervir em uma expressão da questão social, sendo assim, essa interação deve acontecer através de diálogos entre a equipe de trabalho de uma determinada instituição.

Pode-se notar que segundo Cardoso (2008) a equipe técnica do Banco de Alimentos deve ser composta por: um Coordenador, um Nutricionista, um Assistente Social, um Assistente Administrativo, um Encarregado Operacional, três Auxiliares Gerais, um Motorista e dois Estagiários de Nutrição e áreas afins, sendo que a prática de todos os profissionais da equipe tenha a mesma finalidade, como destaca Ely (2003) de viabilizar o direito a alimentação adequada à população que se encontra em situação de insegurança alimentar.

Assim, conforme (CUTOLO, Apud, MADEIRA, 2007, p. 41) “A interdisciplinaridade é caracterizada como a possibilidade do trabalho em conjunto na busca de soluções, respeitando-se as bases disciplinares específicas”. Deste modo, o autor confirma que a interdisciplinaridade é um método de trabalho cuja finalidade é um só, onde proporciona a equipe uma visão ampla de conhecimento e ao mesmo tempo deixa-os todos com uma postura crítica.

⁸No que concerne sobre a breve discussão a respeito da equipe interdisciplinar, pautou-se em apenas pincelar essa abordagem, para que o leitor compreenda a interdisciplinaridade, já que os três sujeitos entrevistados fazem parte da equipe interdisciplinar do Programa Banco de Alimentos da Cidade de Juazeiro do Norte-CE.

Deste modo, a equipe interdisciplinar do Banco de Alimentos deve participar de capacitação para a operacionalização dos bancos. Nesse sentido, Cardoso ressalta que;

A prefeitura deve realizar capacitação para a equipe técnica dos bancos de alimentos para a implantação, operacionalização e gestão por meio de realização de cursos, como orientações que vão desde a identificação do doador, coleta, recebimento, triagem, acondicionamento, estoque, distribuição, visitas técnicas e distribuição de material pedagógico de educação alimentar e para o consumo. (2008, p. 4).

Percebe-se que a equipe é composta por diversos profissionais, sendo que a capacitação é para todos que compõe a equipe técnica dos bancos de alimentos, pois, o objetivo final da prática de cada um é o mesmo, viabilizar uma alimentação saudável para famílias que estão em situação de risco alimentar. Até porque, “dado um contexto social complexo, cada pesquisador lançará seu olhar específico, colocará os óculos de seu referencial teórico” (ARENDT, apud, EIDELWEIN, 2007, p. 11), que, por conseguinte debaterá com a equipe e logo em seguida irá intervir de acordo com a sua particularidade de intervenção, abrangendo o ser social como um todo, ou seja, é “no entrecruzamento destes olhares que se fará a interdisciplinaridade” (Ibidem, p. 11).

Vale salientar que todos os profissionais são responsáveis dentro de suas funções e competências, tentar viabilizar o direito a alimentação. Deste modo, a “prática interdisciplinar, busca-se reduzir o corte da realidade e criar procedimentos de investigação, representativos, explicativos, que sejam produtos de diálogos entre as disciplinas” (Ibidem, p. 11).

Portanto, é preciso que a equipe interdisciplinar seja comunicativa, que contribua com o seu saber para que todos os profissionais de uma determinada instituição sejam capazes de compreender a totalidade da situação vivenciada por uma família ou indivíduo, com o propósito de mudar a realidade dos sujeitos que dependem de alguma política social.

CAPÍTULO III- ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA

3.1 O Processo Metodológico da Pesquisa

A metodologia corresponde um conjunto de técnicas e concepções teóricas de abordagem que possibilita o investigador desenvolver uma pesquisa capaz de conduzir a uma conclusão verdadeira do objeto investigado. (MINAYO, 1994, P. 16).

Assim, o estudo pautou-se em uma investigação exploratória descritiva de caráter qualitativo que teve o intuito de, analisar os limites e possibilidades da operacionalização do banco de alimentos no município de Juazeiro do Norte-CE, como também, pautou-se em um levantamento bibliográfico, inicialmente desenvolvido a partir de material já elaborado de livros e artigos científicos, (SEGUNDO GIL 2007). Como também de campo, com os sujeitos selecionados. Deste modo, Marconi & Lakatos destaca que;

A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (2005, p. 188).

No entanto, foi realizada a seleção aleatória simples, para a escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa, onde foram selecionados de forma casual alguns dos profissionais da equipe interdisciplinar do Banco de Alimentos da cidade de Juazeiro do Norte-CE, a qual se caracterizava a nossa população, sendo que a amostra foi composta por dois profissionais da equipe, onde os questionários foram aplicados no dia nove de novembro de 2012.

Nossa pesquisa teve como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado com perguntas subjetivas que nos possibilitou aprofundar questionamentos levantados desde o período de estágio.

Deste modo, proporcionou ao pesquisador analisar as visões, opiniões e entendimentos dos sujeitos entrevistados acerca do nosso objeto de estudo, como também, observar a realidade na sua totalidade.

Escolhemos como técnica de análise dos dados colhidos, o método dialético, tendo em vista que;

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõem-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos. (GIL, 2007, P. 32).

Ou seja, essa técnica que escolhemos para interpretar os dados colhidos, nos possibilitou ter uma visão ampla da realidade, analisando assim os aspectos, políticos, econômicos e sociais.

Contudo, todos os entrevistados foram esclarecidos sobre a referida pesquisa, como também, assinaram um termo de consentimento, de concordância para publicar os dados colhidos através do questionário, de acordo com a resolução da lei 196/96 sobre os aspectos éticos da pesquisa, no entanto, o presente termo não obrigou a participação dos sujeitos e nem exímio o pesquisador de qualquer responsabilidade referente à pesquisa.

3.2 O resultado da pesquisa

O presente tópico apresentará o resultado do objeto de investigação no Banco de Alimentos da cidade de Juazeiro do Norte-CE, onde será analisado de acordo com os dados colhidos juntamente com uma fundamentação teórica, através das respostas obtidas por meio de um questionário estruturado que conteve perguntas abertas, o qual nos possibilitou analisar as nossas inquietações sobre os limites e possibilidades da operacionalização do referido banco, de acordo com as visões dos sujeitos entrevistados.

Deste modo, obteve-se a identificação dos profissionais que fazem parte da equipe do Banco de Alimentos da referida cidade, como, tempo de formação, tempo

de exercício profissional na área de atuação e o vínculo empregatício. Neste sentido, vejamos o quadro abaixo.

TABELA 01 – A CARACTERIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DO BANCO DE ALIMNETOS NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE.

| Perguntas | Respostas | |
|--|----------------|-------------------------|
| | Profissional A | Profissional B |
| Tempo de formação | Cinco anos | Três anos |
| Tempo de exercício de profissão na área | Dois anos | Dois anos e seis meses. |
| Vínculo empregatício | Efetivo | Efetivo |

Fonte: Primária 2012

Percebe-se que somente dois profissionais que compõem a equipe do Banco de Alimentos responderam ao questionário, os outros profissionais que faziam parte da equipe do Banco de Alimentos foram desligada da instituição, devido à cidade de Juazeiro do Norte-CE está passando por uma transição política, as mesmas foram demitidas por não serem efetivas, ou seja, esse cenário de precarização das relações contratuais de trabalho é devido à política neoliberal que veio ocasionar entre outros aspectos a desresponsabilização do Estado frente os direitos trabalhistas, onde os trabalhadores agora “tem que lidar com a falta de vínculos, do desemprego e a enfermidade dos contratos trabalhistas” (RESENDE, 2010, p. 28).

Outro aspecto que deve ser destacado na tabela acima é a questão do tempo de exercício profissional na respectiva área de atuação, por motivo o qual, nos possibilitou compreender se os profissionais estão cientes da política que estão inseridos. Neste sentido, vejamos as colocações dos profissionais ao responder se compreendem o Programa Banco de Alimentos;

O banco de alimentos é um programa do governo federal em parceria com o município. Onde esse programa visa combater o grande desperdício de alimentos e beneficiar entidades sócioassistências no município de juazeiro. (PROFISSIONAL A).

Um programa de suam importância no combate à fome no município de juazeiro do norte. (PROFISSIONAL B).

De acordo com as colocações acima, podemos ressaltar que os profissionais são conhecedores do programa Banco de Alimentos, porém, o profissional B respondeu de forma objetiva podendo explicar mais o conhecimento do referido programa, pois, é dever de qualquer profissional ter conhecimento da política, o qual foi requisitado a intervir, para que a sua prática seja eficaz. Assim, Conti ressalta que:

O Programa Banco de Alimentos tem como objetivo arrecadar alimentos que estejam em condições adequadas para o consumo humano, através da articulação com a rede convencional de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, Após a análise (...) os alimentos são destinados às entidades sem fins lucrativos que fazem a distribuição (em forma de refeições diárias) gratuita para as pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. (2009, p. 45).

Diante deste cenário foram feitas as seguintes perguntas, quais eram os limites e a possibilidades da operacionalização do Banco de Alimentos na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Vejamos as falas dos profissionais a respeito dos limites;

A principal dificuldade na minha opinião é a falta de divulgação do programa, devido o banco de alimentos sobreviver de doações, é imprescindível o conhecimento da população. (PROFISSIONAL A).

Falta condições de trabalho, falta de veículo, falta de divulgação nos meios de comunicação para aumentar. (PROFISSIONAL B).

Nota-se nas falas que ambas ressaltam sobre a divulgação do programa, onde a sociedade civil deveria ser conhecedora do mesmo, do seu objetivo e da importância do Programa Banco de Alimentos.

Outra observação é a respeito da fala do *profissional B* onde o mesmo ressalta das condições de trabalho e a falta de veículos, deste modo a falta de veículo dentro de um banco de alimentos torna-se um dos grandes limites para a operacionalização do mesmo, pois;

Uma das etapas mais importantes do Banco de Alimentos são a definição e o desenho da operação de coleta e distribuição dos alimentos doados. Para facilitar esta operação o Banco de Alimentos deve possuir um ou mais veículos, dependendo do volume coletado e distribuído. (BRASIL, 2007, 23).

Por conseguinte, observa-se as falas sobre as possibilidades da operacionalização do Banco de Alimentos;

Muitas são as possibilidades do Banco dentre elas seriam com o aumento das doações de alimentos, a maior parceria com as empresas, campanhas de arrecadação, palestras informativas, treinamento para entidades beneficiadas, entre outra. (PROFISSIONAL A).

O Banco de Alimento é um programa do governo federal que ajuda fortalecer a rede de Segurança Alimentar e combate a fome. (PROFISSIONAL B).

Observando a colocação da *profissional a*, percebemos que há muitas possibilidades para que o banco funcione e execute as suas ações. Sendo assim, podemos destacar que a “grande parte do sucesso de um Banco de Alimentos deve-se à capacidade de seus operadores em estabelecer parcerias”. (BRASIL, 2009, p. 14). Pois as parcerias com as empresas de alimentos é o que garante a distribuição de alimentos para as entidades assistenciais que são cadastradas no banco, as quais viabilizam os alimentos para uma determinada população que se encontra em situação de risco alimentar.

Por conseguinte, foi feita a seguinte pergunta, se as instituições doadoras do Banco de Alimentos recebem algum benefício. Assim, de acordo com as respostas dos *profissionais a e b*, as instituições doadoras do Banco de Alimentos não são beneficiadas, não se tem um incentivo legal para que as próprias doem, tornando assim um desafio para a operacionalização dos bancos, já que os mesmo sobrevivem de doações. Desta forma, vejamos as colocações dos profissionais a respeito dos desafios impostos para a concretização das ações do Banco de Alimentos;

Melhorar a estrutura física, equipamentos dos bancos; sensibilizar a população sobre o desperdício de alimentos e combater a fome; aumentar a arrecadação de alimentos, para beneficiar uma maior parcela da população. (PROFISSIONAL A).

Aumentar a arrecadação de alimentos e melhorar as condições de trabalho. (PROFISSIONAL B).

Diante do exposto, percebem-se vários desafios impostos pela instituição para viabilizar o direito a alimentação as famílias que se encontra em situação de

vulnerabilidade social, onde, não se resume apenas em arrecadar alimentos, mas sim, a estrutura física, os equipamentos e entre outros, já que os Bancos de Alimentos dependem das doações para desenvolver suas ações, ou seja, viabilizar o direito a alimentação as famílias que se encontra em risco alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando sobre os limites e as possibilidades da operacionalização do Banco de Alimentos na cidade de Juazeiro do Norte-CE, verificou-se um grande desafio posto para que o mencionado programa funcione.

A intencionalidade do Banco de Alimentos é arrecadar alimentos de comerciantes com finalidade de distribuir para às entidades sócio-assistenciais as quais são cadastradas no banco, para posteriormente as próprias viabilizar os alimentos a população que se encontra em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Deste modo, pode-se ressaltar que os Bancos de Alimentos funcionam através de doações, seja de alimentos ou de equipamentos, e isso implica na concretização das suas ações, de viabilizar o direito a alimentação adequada à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, por motivo de não existir uma lei que garanta algum benefício para as instituições doadoras.

No entanto, já que a maioria dos Bancos de Alimentos é de iniciativa do gestor municipal, onde é o caso específico da cidade de Juazeiro do Norte, o mesmo tinha que viabilizar boas condições de trabalho, para que os profissionais que foram requisitados para atuar nesta política desempenhem suas ações com qualidade, pois, sem condições de trabalho, os profissionais inseridos nos bancos não tem como realizar suas ações, sendo assim, quem sofre são as pessoas, famílias que dependem desses alimentos para sobreviverem.

Diante do exposto, deveria o gestor municipal criar uma lei garantindo algum benefício para as instituições doadoras dos Bancos de Alimentos, como incentivo de firmar convênio com um número significativo de instituições doadoras, seja de alimentos ou de equipamentos com o intuito de garantir o direito de se alimentar à população que depende desses alimentos para sobreviver, como também, investir na divulgação do referido programa para que toda a sociedade civil fique ciente da importância e do objetivo real do Programa Banco de Alimentos.

Assim, dois aspectos precisam ser analisados, um, é a lógica da criação de um programa meramente dependente da caridade de vários comerciantes, de sensibilizar com a situação da fome na referida cidade, para que os mesmos possam realizar doações, ou seja, doar alimentos para quem tem fome, e o

segundo, é o caráter marcado pela própria história da criação dos Bancos de Alimentos, onde nasce na lógica de ajuda e caridade, a levar alimentação a quem tem fome.

Deste modo, o Estado deveria ser provedor desta questão, garantindo de fato à responsabilidade em viabilizar a alimentação as pessoas que perpassam por insegurança alimentar, através de verbas suficientes para os Bancos de Alimentos. Não se deve jogar a responsabilidade dessa expressão da questão social para a sociedade civil, já que é o próprio sistema que os produz, privando um grupo de pessoas de usufruir de um dos fatores básicos de sobrevivência, a alimentação.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rosseti; Ivanete, Boschetti. **Política Social: Fundamentos e História**./- 3. ed- São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL B. **Curso de Formação de Gestores Públicos em Segurança Alimentar e Nutricional**. 2011.
- BRASIL. **Bancos de Alimentos**: apresentação do programa. Brasília, MDS, 2007.
- BRASIL. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil**. Março de 2002.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponibilizado em: <<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>> Acesso em: 10 de Setembro de 2012.
- CARDOSO, Maria Dilma de Andrade. **Os Bancos de Alimentos se inserem como equipamentos de segurança alimentar e nutricional (SAN) NA PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)?** Pará: Cartilha do Curso de Formação de Gestores de Banco de Alimentos, 2008.
- CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional: Noções Básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.
- CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **Assistência Social no Brasil**: Da caridade ao direito. Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. Disponibilizado em:< <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11992/11992.PDF>> Acesso em: 10 de Setembro de 2012.
- DE LUCA, Tânia Regina. **Direitos Sociais no Brasil** IN: Pinky, Jaime (Org.). História da Cidadania. Ed. Contexto. 2003.
- ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. Katálysis v. 6 n. 1 Florianópolis,2003.Disponibilizadoem:<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=179618281013>> Acesso em: 10 de Outubro de 2012.
- EIDELWEIN, Karen. **Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento**. Revista Virtual Texto & Contexto, nº 8, Dezembro de 2007.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MALUF, Renato S. MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. 2009.
- MINAYO, Márcia Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MADEIRA; Karin Hamerski. **Práticas do Trabalho Interdisciplinar na Saúde da Família. Um estudo de caso.** Universidade do Vale do Itajaí 2009. Disponibilizado em:<http://www6.univali.br/tede/tde_arquivos/4/TDE-2009-08-10T091148Z-503/Publico/Karin%20Hamerski%20Madeira.pdf> Acesso em: 14 de Outubro de 2012.

PEIREIRA; Cristiane de Barros. **Assistência Social em Territórios Estigmatizados. Um estudo da atuação da fundação leão VIII em Vila Piranga, Niterói.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007. Disponibilizado em:<http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/0510670_07_pretextual.pdf> Acesso em: 15 Setembro de 2012.

RESENDE; Cassia Verginia. **Admirável trabalho novo?** Disponibilizado em: <http://api.ning.com/files/wrmcOZS6psjhXGtjbk6H2IZ2lGeB8iszyUz8YVCdYt47V4OMG2Nsisn*89GnvVf2BGnEMijzUzEAKliLkGZIPKSlmd5zx1c3/ReinvenodoTrabalho_RevistaSociologiaNo27.pdf> Acesso: 09 de Abril de 2012.

VANZETTO; Antonio Alves. **O Sistema Único de Assistência Social e a Centralidade na Família.** UNIOESTE- Campus de Cascavel, 2005. Disponibilizado em:<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS25.pdf> Acesso em: 05 de Agosto de 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO

FACULDADE LEÃO SAMPAIO – FALS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é intitulada sobre o: **“LIMITES E POSSIBILIDADES DA OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE JUAZEIRO DO NORTE-CE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR”**. e está sendo desenvolvida por Francisca das Chagas Siqueira do Nascimento, aluna do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, sob a orientação da Prof(a) Esp. Cecília Bezerra Leite.

O objetivo do estudo é analisar os limites e possibilidades da operacionalização do Banco de Alimentos do município de Juazeiro do Norte-CE, com fins de produção monográfica que se estabelece como requisito para elaboração do título de Bacharel em Serviço Social.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar do estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas com total veracidade e de forma voluntária, posteriormente serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser ainda apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integralidade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através da aplicação de um roteiro de entrevista estruturada, mantendo a integralidade física e moral dos participantes.

O (A) Aluno(a) estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como a professora orientadora.

Participante da Pesquisa

Cecília Bezerra Leite
Orientadora e responsável pela pesquisa.

Francisca das Chagas Siqueira do Nascimento
Aluna e responsável pela pesquisa

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

1. Dados de identificação:

Tempo de formação: _____

Tempo de exercício de profissional no Banco de Alimentos:

Vínculo empregatício: Efetivo () Temporário ()

2. De que forma o Senhor (a) compreende o Programa Banco de Alimentos?

3. Na sua visão, quais são os limites encontrados na instituição para a operacionalização do Banco de Alimentos no município de Juazeiro do Norte-CE?

4. Quais são as possibilidades para a operacionalização do Banco de Alimentos na referida cidade?

5. Quanto às instituições doadoras do Banco de Alimentos, as próprias recebem algum benefício?

1 SIM () 2 NÃO ()

1 QUAL? _____

Este benefício está estabelecido em lei? _____

Qual a lei? _____

2 Por quê?

6. No seu ponto de vista, quais são os desafios postos na instituição para viabilizar o direito a alimentação adequada às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social no município de Juazeiro do Norte-CE?
